

# Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

**Demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2022 e relatório dos  
auditores independentes**

# Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	6
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações dos resultados	12
Demonstrações dos resultados abrangentes	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	16



## Relatório da Administração

**Prezados Acionistas,**

A **Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. (“PPTE” ou “Companhia”)** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Regulatórias, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2022.

### **1) A companhia**

A PPTE é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 15 de outubro de 2004 e estabelecida no Rio de Janeiro. Possui duas filiais localizadas em Rosana, no Estado de São Paulo, e Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 14 de dezembro de 2012 quando foi adquirida já em fase operacional da CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda e Lintran do Brasil S.A. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

### **2) Setor elétrico – segmento de transmissão**

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas);

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	539,01
Extensão em kV:	230/440
Subestações:	7

### **3) Desempenho Financeiro:**

#### **3.1) Receita**

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 123.158 (cento e vinte e três milhões, cento e cinquenta e oito mil reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023 e R\$ 133.945 (cento e trinta e três milhões, novecentos e quarenta e cinco mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022



### 3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2022 e 2021 são:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
• Liquidez geral	2,77	2,82
• Liquidez corrente	1,70	2,47
• Relação patrimônio líquido/ativo	63,93%	64,53%
• Relação passivo não circulante/ativo	25,39%	27,48%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	13,77%	18,22%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	23,25%	28,51%
Ativo total	480.028	476.023
Lucro líquido do exercício	42.271	55.956

### 4) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Praticamos um diálogo direto com nossos acionistas e, para fortalecer o relacionamento com as partes interessadas no negócio, em 2022 nos aprofundamos em avaliar nossa estrutura de governança.

Demos sequência ao trabalho iniciado em 2021 e, neste ano, concluímos o Planejamento Estratégico (PE). Desta forma, temos uma visão de longo prazo dos negócios e da organização interna. Somados ao PE, iniciamos a elaboração de instrumentos que irão compor a estrutura de governança após a criação do Conselho de Administração, como o Regimento Interno do Conselho e o Regimento Interno da Diretoria. Evoluímos na estruturação dos nove Comitês de Assessoramento, que estarão ligados ao órgão deliberativo e irão dispor de regimentos internos próprios.

O Grupo State Grid Brasil Holding é representado em sua instância máxima de governança pelo Comitê Sênior de Gestão (SMC). O órgão é composto por executivos com reconhecida experiência no setor elétrico. As decisões do SMC são apoiadas por oito comitês especialistas em temas estratégicos. Dentre os comitês especialistas de apoio às decisões do SMC, destacamos a criação, em 2022, do Comitê ESG. Composto por 14 membros, o grupo encampará a evolução dos temas Ambientais, Sociais e de Governança associados aos negócios da SGBH.

Com a criação de uma área dedicada ao ESG (Environment, Social, Governance), impulsionamos relevantes medidas como a viabilização das debêntures verdes na implantação da Silvânia Transmissora de Energia (STE); a mensuração das emissões de gases-estufa, bem como a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas. A adesão ao Pacto Global materializou o empenho da SGBH em gerar valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade. Com isso, estaremos cada vez mais alinhados ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o objetivo corporativo de transmitir energia de forma sustentável e mediante condutas transparentes. Assim, seguiremos gerando valor não apenas para o negócio, mas para toda a sociedade.

### Gestão de Riscos



Agimos de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a elaboração de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho.

Dispomos de uma área dedicada, com a premissa de manter a capacidade de funcionamento de nossa infraestrutura conforme exigentes padrões de qualidade, visando à segurança de colaboradores e comunidades locais e a conservação do meio ambiente. Para isso, identificamos, avaliamos, tratamos e monitoramos os riscos técnicos e administrativos de nossas atividades e processos. A Matriz de Risco da empresa é constantemente atualizada e a SGBH monitora anualmente aqueles considerados mais impactantes no negócio da empresa (“Top Ten”), além de desenvolver os controles internos de todos os riscos mapeados em seus processos corporativos.

### **Ética, Transparência e Compliance**

Nossas práticas de ética e compliance estão expressas no Código de Ética e Conduta, existente desde 2020. O documento apresenta nosso compromisso de respeito à legislação local e internacional, bem como nossos valores corporativos de estabelecer relações baseadas em integridade, diálogo e transparência com todos os públicos. Como medida de atualização e conscientização dos profissionais, anualmente, todos os colaboradores assinam e concordam formalmente em praticar as premissas firmadas no Código de Ética e Conduta. Com o objetivo de centralizar a condução do tema, em 2022, criamos a divisão de Riscos, Compliance e Auditoria Interna (RCA).

Como medida de disseminação interna da prática de conduta ética e compliance, são oferecidos cursos presenciais, tanto para as equipes da sede corporativa como nas regionais; treinamentos online e pílulas mensais de compliance sobre temas atuais são difundidos por e-mail, como privacidade e proteção de dados, diversidade e inclusão e prevenção ao assédio moral no ambiente de trabalho.

A área de Compliance também realiza o acompanhamento dos relatos recebidos no Canal de Ética. Este importante canal é gerido por terceira parte independente, que analisa o conteúdo dos relatos e, quando fundamentados, os encaminha à área de Compliance que conduz todas as investigações em caráter confidencial e as reporta ao Comitê de Ética. Casos de preocupações críticas são levados ao Comitê Sênior de Gestão, mais alto órgão de governança.

Desde 2021, ano em que iniciou o processo de auditoria interna com equipe própria local, a SGBH vem utilizando tais auditorias como instrumento de aprimoramento dos seus processos internos e implantando diferentes planos de ação visando a conformidade de todos os seus procedimentos. Em 2022 não foram identificadas preocupações críticas ao negócio da Companhia.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

### **5) Responsabilidade ambiental e social**

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. O Grupo também



participa de ações sociais junto a Sociedade. Para isso, investimos recursos próprios e incentivados em projetos que promovem a sociedade onde atuamos nos aspectos de emprego e renda, cultura, esporte, saúde e educação. No total, participamos de 11 projetos ou ações que valorizam a população e colocam as comunidades no papel de protagonistas, buscando implementar mecanismos de continuidade, no longo prazo, das iniciativas promovidas. Os projetos incentivados no âmbito das leis de incentivo federais são apoiados de forma continuada Pelo Grupo que promove ações internas de engajamento entre seus colaboradores para também incentivar o voluntariado.

## **6) Agradecimentos**

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2023.

## **A Administração**



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da

**Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Mensuração do ativo imobilizado e intangível

Veja as Notas 3.1, 6, 12 e 13 das demonstrações contábeis regulatórias

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esses assuntos
<p>A Companhia possui um contrato de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica e em 31 de dezembro de 2022 apresenta em suas demonstrações contábeis regulatórias o montante de R\$ 383.215 mil referente ao seu ativo imobilizado e intangível.</p> <p>Esses ativos são mensurados ao custo de aquisição ou construção. A depreciação desses itens é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente, sendo que as taxas anuais e vida úteis de depreciação são determinadas pelo órgão regulador.</p> <p>Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações contábeis regulatórias que influenciam diretamente o resultado operacional e consequentemente o patrimônio líquido, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias como um todo, consideramos a mensuração do ativo imobilizado e intangível como principal assunto em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(i) entendimento do desenho e implementação dos controles internos chaves relacionados com o processo de análise e mensuração dos gastos de concessão reconhecidos como imobilizado e intangível;</li><li>(ii) avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado e intangível;</li><li>(iii) em bases amostrais, realizamos testes de inspeção documental e confronto com saldos contábeis nas adições e baixas ocorridas no imobilizado e intangível ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022;</li><li>(iv) recálculo da depreciação com base nas vidas úteis determinadas de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico ("MCPSE");</li><li>(v) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis regulatórias.</li></ul> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos do imobilizado e intangível, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>

### Outros assuntos

A Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 31 de março de 2023.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

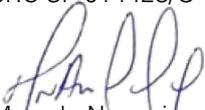
Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também a administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade  
Contador CRC RJ-086312/O-6

# Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	67.803	64.574
Concessionárias e permissionárias	8	10.654	13.075
Contas a receber - partes relacionadas	29	4.654	3.725
Estoques	11	1.460	1.669
Adiantamento a fornecedores		107	87
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	25	10.152
Outros impostos a recuperar	10	952	2
Outros ativos circulantes		1.306	847
		<b>86.961</b>	<b>94.131</b>
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	9	8.020	6.237
Outros ativos não circulantes		151	151
Imobilizado não vinculado à concessão	12	1.653	1.850
Intangível não vinculado à concessão	13	28	61
Imobilizado	12	379.474	369.851
Intangível	13	3.741	3.742
		<b>393.067</b>	<b>381.892</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>480.028</b>	<b>476.023</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros	14	5.011	3.485
Fornecedores - partes relacionadas	29	498	634
Empréstimos e financiamentos com terceiros	15	18.290	14.678
Imposto de renda e contribuição social a pagar	16	17.036	10.121
Outros impostos a pagar	16	2.109	2.144
Taxas regulamentares	17	2.176	1.527
Outros passivos circulantes	18	6.143	5.453
		<b>51.263</b>	<b>38.042</b>
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos com terceiros	15	109.324	117.615
Outras contas a pagar partes relacionadas	29	20	20
Provisão para contingências	19	151	151
Obrigações especiais	20	12.364	13.030
		<b>121.859</b>	<b>130.816</b>
Patrimônio líquido	21		
Capital social		214.035	214.035
Reserva de Lucros		112.932	120.371
Reserva Legal		26.261	24.414
Prejuízo acumulado		(46.322)	(51.655)
		<b>306.906</b>	<b>307.165</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>480.028</b>	<b>476.023</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

## Demonstrações dos resultados

31 de dezembro de 2022 e 2021

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	22	107.250	120.831
Custo da operação	23	<u>(26.720)</u>	<u>(24.994)</u>
Lucro bruto		80.530	95.837
Despesas gerais e administrativas	24	(6.882)	(5.947)
Outras despesas/receitas operacionais	26	<u>(2.280)</u>	<u>(2.317)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		71.368	87.573
Resultado financeiro	27	<u>(6.748)</u>	<u>(16.873)</u>
Receita financeira		8.144	3.678
Despesa financeira		(14.892)	(20.551)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		<u>64.620</u>	<u>70.700</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	28	<u>(22.349)</u>	<u>(14.744)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b><u>42.271</u></b>	<b><u>55.956</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

## Demonstrações dos resultados abrangentes

31 de dezembro de 2022 e 2021

*(Em milhares de Reais)*

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	42.271	55.956
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total dos resultados abrangentes</b>	<b><u>42.271</u></b>	<b><u>55.956</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros				Total
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Prejuízos Acumulados	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>214.035</b>	<b>22.079</b>	<b>124.226</b>	<b>(60.895)</b>	<b>299.445</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	55.956	55.956
Juros sobre capital próprio (nota explicativa 21)	-	-	-	(9.018)	(9.018)
Constituição de reserva legal (nota explicativa 21)	-	2.335	-	(2.335)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (nota explicativa 21)	-	-	35.363	(35.363)	-
Dividendos adicionais	-	-	(39.218)	-	(39.218)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>214.035</b>	<b>24.414</b>	<b>120.371</b>	<b>(51.655)</b>	<b>307.165</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	42.271	42.271
Constituição de reserva legal (nota explicativa 21)	-	1.847	-	(1.847)	-
Juros sobre capital próprio (nota explicativa 21)	-	-	-	(10.605)	(10.605)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (nota explicativa 21)	-	-	24.486	(24.486)	-
Dividendos intermediários (nota explicativa 21)	-	-	(31.925)	-	(31.925)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>214.035</b>	<b>26.261</b>	<b>112.932</b>	<b>(46.322)</b>	<b>306.906</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
<b>Lucro do exercício antes dos impostos</b>		<b>64.620</b>	<b>70.700</b>
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros e variações monetárias dos empréstimos a pagar	15	13.352	18.792
Depreciação e amortização		15.514	15.220
Baixa de imobilizado e intangível		21	11.969
Reversão de depreciação acumulada por obsolescência		(4)	(6)
Amortização de obrigações especiais		(667)	(669)
Provisão para perda de crédito esperada	8	736	(103)
Provisão para contingência	19	-	96
Custo de transação de financiamento	15	755	1.510
(Aumento) redução nos ativos			
Concessionárias e permissionárias		1.684	756
Contas a receber - partes relacionadas		(930)	424
Estoques		208	(97)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		10.128	(747)
Outros impostos a recuperar		(949)	(1)
Adiantamentos a fornecedores		(20)	949
Outros ativos		(461)	20
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores diversos e partes relacionadas		1.390	(157)
Tributos e contribuições sociais		886	12.461
Taxas regulamentares		650	(1.225)
Outros passivos		686	600
<b>Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>107.599</b>	<b>130.492</b>
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(14.296)	(17.327)
Outros impostos pagos		(3.649)	(13.017)
Juros pagos	15	(5.961)	(5.732)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>83.693</b>	<b>94.416</b>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	12/13	(24.918)	(21.196)
Aplicação títulos e valores mobiliários		(44.454)	(55.243)
Resgate títulos e valores mobiliários		42.671	53.069
<b>Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento</b>		<b>(26.701)</b>	<b>(23.370)</b>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Financiamentos pagos	15	(12.825)	(6.649)
Dividendos pagos	21	(31.925)	(39.218)
Juros sobre capital próprio pagos	21	(9.013)	(15.755)
<b>Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento</b>		<b>(53.763)</b>	<b>(61.622)</b>
<b>Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>3.229</b>	<b>9.424</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<b>64.574</b>	<b>55.150</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>		<b>67.803</b>	<b>64.574</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## **Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Informações gerais**

A Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. (“PPTE” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 15 de outubro de 2004 e estabelecida no Rio de Janeiro. Possui duas filiais localizadas em Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, e Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul.

A Companhia iniciou suas operações em 01 de outubro de 2006 e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

#### **1.1 Da concessão**

Em 30 de setembro de 2004, a Isolux Wat S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 001/2004, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote J - linhas Porto Primavera-Dourados e Porto Primavera-Imbirussu. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 2 de fevereiro de 2006, foi publicado no Diário Oficial da União de 3 de fevereiro de 2006.

No dia 4 de março de 2006, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 009/2006 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção da instalação das linhas de transmissão em 440 kV e 230 kV, composta por duas linhas de transmissão 440 kV com extensão aproximada de 1 km cada, com origem nos bays 4 e 5 da Subestação UHE Porto Primavera e término na Nova Subestação Porto Primavera, ambas localizadas no Estado de São Paulo, pela nova Subestação Porto Primavera e sua transformação em 440/230 kV, 2x450 MVA, e respectivas conexões à transformação em 440 kV, sem disjuntores e em 230 kV; interligação de barras em 230 kV; pela linha de transmissão 230 kV, com extensão aproximada de 190 km, com origem na nova Subestação Porto Primavera 440/230 kV e término na Subestação Dourados, localizada no Estado de Mato Grosso do Sul; pela linha de transmissão 230 kV, com extensão aproximada de 300 km, com origem na nova Subestação Porto Primavera 440/230 kV localizada no Estado de São Paulo e término na nova Subestação Imbirussu 230/138 kV, localizada no Estado de Mato Grosso do Sul; pela Subestação Imbirussu 230/138 kV e sua transformação 230/138 kV 2x150 MVA e respectivas conexões à transformação; pelas respectivas entradas de linha em 230 kV; barramentos 230 kV e 138 kV; interligação de barras em 230 kV e 138 kV e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, telecomunicação, administração e apoio. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 539 km devido à característica do local em que a linha foi implantada.

De acordo com a Resolução Autorizativa nº 9.933/21, alterada posteriormente pela Resolução Autorizativa nº 10.421/21, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, autoriza a Companhia a implantar os reforços em instalações de transmissão de energia elétrica sob sua responsabilidade referentes ao empreendimento: T2021-034 - SE Nova Porto Primavera - instalação do primeiro banco de reatores de barra 440kV.

De acordo com o Despacho Aneel nº 1.430/21, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, autoriza a Companhia a implantar os reforços em instalações instalação de 3 TPs no bays de conexão da LT 440 kV Nova Porto Primavera – Porto Primavera C1 e C2 na UHE Porto Primavera e adequações necessárias para integração dessas informações ao sistema scada da usina (caixa de junção, lp's, cabeamento, ajustes no supervisório, etc.)

## **1.2 Receita anual permitida (RAP)**

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$43.711 (quarenta e três milhões, setecentos e onze mil reais) (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IGP-M. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão.

Em 14 de julho de 2020 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 137.757 (cento e trinta e sete milhões, setecentos e cinquenta e sete mil reais) para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 133.945 (cento e trinta e três milhões, novecentos e quarenta e cinco mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Em 12 de julho de 2022, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 123.158 (cento e vinte e três milhões, cento e cinquenta e oito mil reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

### **1.3 Setor elétrico no Brasil - Transmissão**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

## **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 3 e 6, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram autorizadas pela Administração em 27 de abril de 2023.

## **2.2 Uso de estimativas e julgamentos**

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito estimada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

## **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.4 Classificação circulante versus não circulante**

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulante.

### **3 Resumo das práticas contábeis regulatórias**

As práticas contábeis regulatórias utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

#### **3.1 Imobilizado e intangível**

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resoluções vigente emitida pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigente veja nota explicativa 12 - Imobilizado e 13- Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

#### **3.2 Reconhecimento de receita**

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

#### **3.3 Obrigações especiais vinculadas à concessão**

A obrigação especial trata-se de uma doação compulsória que a empresa tem que receber devido a compartilhamentos de subestações. Conforme definições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico o saldo de obrigações especiais deverá ser amortizado aplicando-se a taxa média da atividade.

## **4 Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)**

### **4.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

### **4.2 Concessionárias e permissionárias**

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para perda de crédito estimada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em Provisão para perda de crédito estimada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

### **4.3 Estoques**

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

### **4.4 Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

#### **4.5 Impostos**

##### ***Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica***

As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS - Programa de Integração Social, com alíquota de 1,65%, e à COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 7,6%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

##### ***Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) – Impostos Correntes***

A tributação pela sistemática do Lucro Real considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais) no ano e a CSLL à alíquota de 9%.

#### **4.6 Provisões para contingências**

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### **4.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às Demonstrações Contábeis Regulatórias tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

#### **4.8 Ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### **4.9 Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

#### **4.10 Instrumentos financeiros**

##### ***a. Ativos financeiros***

- Classificação e mensuração – Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:
  - Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
  - Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
  - Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

- (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

**b. Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

**4.11 Fluxo de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

**4.12 Transações com partes relacionadas**

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

**5. Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias.

- (a) **Classificação de Passivos como Circulantes ou não Circulantes** – (alteração do CPC 26 (R1)) – As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao CPC 26 (R1) e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma está sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações contábeis regulatórias no período de aplicação inicial. A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.
- (b) **Definição de Política Contábil de “estimativas contábeis”** – (alteração do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro): A alteração na norma tem objetivo de mudar o conceito de “estimativas contábeis” no lugar de “mudança nas estimativas contábeis”, destacando o conceito de estimativa e suas normas aplicáveis. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia avaliou as alterações contidas no referido CPC e não foi identificado nenhum impacto nas avaliações internas sobre apurações das estimativas para 31 de dezembro de 2022.
- (c) **Divulgações de Políticas Contábeis** – (alterações ao CPCs 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros, CPC 49 - Contabilização e

Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria e CPC 21 – Demonstração Intermediária): A mudança se refere a inclusão da definição de “políticas contábeis” e a substituição deste termo para “informação de política contábil, a atrelando a materialidade de seus saldos e sua a razoabilidade na influencia nas decisões que os principais usuários das demonstrações contábeis para fins gerais tomam com base. Caso a entidade entender que precise divulgar informações de política contábil imateriais, tais informações não devem obscurecer as informações de política contábil relevantes; e informar nas demonstrações contábeis a conclusão da entidade de que as informações de política contábil são imateriais e não afetam os requisitos de divulgação relacionados estabelecidos em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022.

- (d) **Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação** – (alteração no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro): A alteração deste pronunciamento técnico se refere ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo diferido onde deve ser levado em conta se há ocorrência de diferença temporária igualmente tributável e dedutível, sendo estes decorrentes a uma única transação para transações que ocorram em ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022.
- (e) **Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia:
- (i) Adiamento da Isenção temporária do CPC 48 no CPC 11 – Contratos de Seguro (alterações dos CPC 48/ IFRS 9 e CPC 11);
  - (ii) Alterações na norma internacional IFRS 17 – Insurance Contracts – (alteração ao CPC 50 – Contratos de Seguro)

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias .

Quantos aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias .

## 6. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário e demonstração do resultado

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2022			31/12/2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		<b>86.961</b>	<b>60.682</b>	<b>147.643</b>	<b>94.131</b>	<b>82.005</b>	<b>176.136</b>
Caixa e equivalentes de caixa		67.803	-	67.803	64.574	-	64.574
Concessionárias e permissionárias		10.654	-	10.654	13.075	-	13.075
Contas a receber – partes relacionadas		4.654	-	4.654	3.725	-	3.725
Estoques		1.460	-	1.460	1.669	-	1.669
Adiantamentos a fornecedores		107	-	107	87	-	87
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		25	-	25	10.152	-	10.152
Impostos a recuperar		952	-	952	2	-	2
Ativos de contrato	a	-	60.682	60.682	-	82.005	82.005
Outros ativos circulantes		1.306	-	1.306	847	-	847
Ativo não circulante		<b>393.067</b>	<b>7.101</b>	<b>400.168</b>	<b>381.892</b>	<b>(10.186)</b>	<b>371.706</b>
Títulos e valores mobiliários		8.020	-	8.020	6.237	-	6.237
Ativos de contrato	a	-	389.991	389.991	-	363.171	363.171
Outros ativos não circulantes		151	-	151	151	-	151
Imobilizado não vinculado à concessão		1.653	-	1.653	1.850	-	1.850
Intangível não vinculado à concessão		28	-	28	61	-	61
Imobilizado	b	379.474	(379.195)	279	369.851	(369.659)	192
Intangível	b	3.741	(3.695)	46	3.742	(3.698)	44
		<b>480.028</b>	<b>67.783</b>	<b>547.811</b>	<b>476.023</b>	<b>71.819</b>	<b>547.842</b>

**Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.**  
*Demonstrações contábeis regulatórias*  
em 31 de dezembro de 2022

	31/12/2022			31/12/2021			
	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Passivo circulante		<b>51.263</b>	-	<b>51.263</b>	<b>38.042</b>	-	<b>38.042</b>
Fornecedores - terceiros		5.011	-	5.011	3.485	-	3.485
Fornecedores - partes relacionadas		498	-	498	634	-	634
Empréstimos e financiamentos com terceiros		18.290	-	18.290	14.678	-	14.678
Imposto de renda e contribuição social a pagar		17.036	-	17.036	10.121	-	10.121
Tributos e contribuições sociais		2.109	-	2.109	2.144	-	2.144
Taxas regulamentares		2.176	-	2.176	1.527	-	1.527
Dividendos propostos		-	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes		6.143	-	6.143	5.453	-	5.453
Passivo não circulante		<b>121.859</b>	<b>87.939</b>	<b>209.798</b>	<b>130.816</b>	<b>86.642</b>	<b>217.458</b>
Empréstimos e financiamentos com terceiros		109.324	-	109.324	117.615	-	117.615
Fornecedores partes relacionadas		20	-	20	20	-	20
Provisão para contingências		151	-	151	151	-	151
Impostos diferidos	c	-	100.303	100.303	-	99.673	99.673
Outros passivos não circulantes	f	12.364	(12.364)	-	13.030	(13.030)	-
Patrimônio líquido		<b>306.906</b>	<b>(20.156)</b>	<b>286.750</b>	<b>307.165</b>	<b>(14.823)</b>	<b>292.342</b>
Capital social		214.035	-	214.035	214.035	-	214.035
Reserva de lucros		112.932	(66.478)	46.454	120.371	(66.477)	53.893
Reserva legal		26.261	-	26.261	24.414	-	24.414
Prejuízo acumulado	d/e	(46.322)	46.322	-	(51.655)	51.655	-
		<b>480.028</b>	<b>67.783</b>	<b>547.811</b>	<b>476.023</b>	<b>71.819</b>	<b>547.842</b>

**Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.**  
*Demonstrações contábeis regulatórias*  
em 31 de dezembro de 2022

	Nota	31/12/2022			31/12/2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	107.250	1.553	108.803	120.831	(8.767)	112.064
Custo da operação	e	(26.720)	(6.417)	(33.137)	(24.994)	4.544	(20.450)
Lucro bruto		<b>80.530</b>	<b>(4.864)</b>	<b>75.666</b>	<b>95.837</b>	<b>(4.223)</b>	<b>91.614</b>
Despesas gerais e administrativas		(6.882)	-	(6.882)	(5.947)	-	(5.947)
Outras (despesas) / receitas operacionais		(2.280)	-	(2.280)	(2.317)	-	(2.317)
Resultado antes do resultado financeiro		<b>71.368</b>	<b>(4.864)</b>	<b>66.504</b>	<b>87.573</b>	<b>(4.223)</b>	<b>83.350</b>
Resultado financeiro		<b>(6.748)</b>	-	<b>(6.748)</b>	<b>(16.873)</b>	566	<b>(16.307)</b>
Receita financeira		8.144	-	8.144	3.678	-	3.678
Despesa financeira		(14.892)	-	(14.892)	(20.551)	566	(19.985)
Lucro antes dos impostos		<b>64.620</b>	<b>(4.864)</b>	<b>59.756</b>	<b>70.700</b>	<b>(3.657)</b>	<b>67.043</b>
IRPJ e CSLL correntes		(22.349)	-	(22.349)	(14.744)	-	(14.744)
IRPJ e CSLL diferidos	c	-	(470)	(470)	-	(5.584)	(5.584)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>42.271</b>	<b>(5.334)</b>	<b>36.937</b>	<b>55.956</b>	<b>(9.241)</b>	<b>46.715</b>

## 6.1 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Patrimônio Líquido societário</b>	<b><u>286.750</u></b>	<b><u>292.342</u></b>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(450.673)	(445.177)
Imobilizado	379.195	369.659
Intangível	3.695	3.698
Impostos diferidos passivos	100.303	99.673
Empréstimos - Societário	-	-
Outros passivos circulantes	<u>(12.364)</u>	<u>(13.030)</u>
<b>Patrimônio Líquido regulatório</b>	<b><u><u>306.906</u></u></b>	<b><u><u>307.165</u></u></b>

## 6.2 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

<b>Lucro líquido conforme contabilidade societária</b>	<b><u>36.937</u></b>	<b><u>46.715</u></b>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato CPC 47	(61.087)	(61.897)
Margem de construção	95.687	119.905
Outras receitas	(15.589)	(38.723)
PIS/COFINS Diferido	158	(894)
Depreciação regulatória	(14.305)	(14.168)
Juros sobre empréstimo - Societário	-	(566)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	<u>470</u>	<u>5.584</u>
<b>Lucro líquido regulatório</b>	<b><u><u>42.271</u></u></b>	<b><u><u>55.956</u></u></b>

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

### a. *Ativo de concessão*

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

### *Ativo de contrato*

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão são registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

**b. *Imobilizado e intangível***

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

**c. *Impostos diferidos***

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

**d. *Receita***

Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas Demonstrações Contábeis Regulatórias apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

**e. Custo de operação e manutenção e custo de construção**

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas DFSs baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas Demonstrações Contábeis Regulatórias os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

**f. Obrigações especiais**

Diferença entre a Demonstração Contábil Regulatória (DCR) e a Demonstração Financeira Societária (DF) referente as obrigações especiais, que na DF para uma melhor apresentação foi absorvida do total do ativo imobilizado em serviço e na DCR para uma melhor apresentação das movimentações do imobilizado, foi mantido os registros das obrigações especiais em outros passivos não circulantes e no ativo imobilizado.

## 7. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	-	1
Banco	7.858	8.347
Aplicações financeiras (i)	59.945	56.226
	<u>67.803</u>	<u>64.574</u>

- (i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração média de 103,14% do CDI em 2022 e de 102,76% do CDI em 2021. Apesar de durante o exercício de 2022 a Companhia aumentar o volume de amortização do principal e juros sobre os financiamentos obtidos com terceiros, o aumento do saldo de caixa e equivalente de caixa se deu principalmente por conta de menor volume de pagamentos de dividendos adicionais e juros sobre capital próprio, que são as principais contas que afetam o fluxo de caixa da Companhia, cujo efeito líquido das movimentações gerou uma sobra de caixa.

## 8. Concessionárias e permissionárias

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
A vencer (i)	9.886	12.304
Vencidas até 30 dias	24	60
Vencidas até 60 dias	4	1
Vencidas até 90 dias	9	1
Vencidas até 120 dias	5	2
Vencidas até 180 dias	690	1
Vencidas há mais de 180 dias	830	764
	11.448	13.133
(-) Provisão para perda de crédito esperada (PCE) (ii)	(794)	(58)
	<b>10.654</b>	<b>13.075</b>

- (j) Variação neste grupo ocorreu devido à redução na receita permitida no ciclo 2022/2023 comparado ao exercício de 2021 conforme planilha da O.N.S.

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Saldo inicial	(58)	(161)
Reversão	28	108
Adição (ii)	(764)	(5)
Saldo final	<b>(794)</b>	<b>(58)</b>

- (ii) Variação refere-se ao AVC complementar do grupo Quinturaré de junho/2022 ainda não recebidos.

## 9. Títulos e valores imobiliários

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Conta reserva – financiamentos (i)	8.020	6.237
	<b>8.020</b>	<b>6.237</b>

Os saldos apresentados como não circulante são para atender as exigências referente as garantias reais do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A..

Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor dos Debenturistas uma Conta Vinculada das Debêntures. Esta conta deverá ser preenchida mensalmente pelo Banco Depositário com o valor correspondente a 1/6 (um sexto) do valor projetado para pagamento da próxima parcela vincenda de principal, acrescido dos juros remuneratórios das debêntures, conforme apuração feita pela Agente Fiduciário no primeiro dia útil do sexto mês anterior à cada data de pagamento. Todos os recursos depositados na Conta Vinculada das Debêntures serão utilizados, semestralmente, para amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures e/ou para o pagamento dos Juros Remuneratórios.

- (i) A partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, caso, em qualquer período de apuração, os Índices Financeiros (ICSD mínimo de 1,20 e a métrica “Dívida Financeira Líquida/EBITDA” inferior a 3,50) não estejam de acordo com os valores previstos na Escritura de Emissão, a Companhia deverá depositar o valor a ser indicado pelo Agente Fiduciário na Conta Vinculada das Debêntures para que tal valor seja adicionado à geração de caixa e os Índices atinjam os valores mínimos exigidos. Em 31 de dezembro de 2022, o índice de cobertura da dívida estava de acordo com o índice exigido em contrato.

## 10. Impostos a recuperar

### Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
IRPJ Saldo Negativo (i)	15	7.079
CSLL saldo negativo (i)	6	3.069
Outros	4	4
	<b>25</b>	<b>10.152</b>

### Outros impostos a recuperar

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
INSS (ii)	42	-
Tributos Municipais	1	1
IRRF sobre aplicação financeira	849	-
Outros	60	1
	<b>952</b>	<b>2</b>

- (i) Variação refere-se a utilização dos créditos de saldo negativo durante o exercício de 2022.  
(ii) Variação refere-se a créditos de INSS de empregados constituídos junto a consultoria e que serão utilizados durante o ano de 2023

## 11. Estoques

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Almoxarifado de manutenção e operação (i)	1.460	1.668
	1.460	1.668

- (i) As peças de almoxarifado são consumidas conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício.

## 12. Imobilizado

### a. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2021	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2022	Adições líquidas = (a)+(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
<b>Ativo imobilizado em serviço</b>									
<b>Transmissão</b>	<b>483.489</b>	-	(21)	926	<b>484.394</b>	<b>905</b>	<b>(169.985)</b>	<b>314.409</b>	<b>328.461</b>
Terrenos	76	-	-	-	76	-	-	76	76
Edificações, obras civis e benfeitorias	9.749	-	-	-	9.749	-	(3.275)	6.474	6.819
Máquinas e equipamentos	471.123	-	(21)	691	471.793	670	(165.112)	306.681	320.412
Veículos	2.295	-	-	232	2.527	232	(1.398)	1.129	1.099
Móveis e utensílios	246	-	-	3	249	3	(200)	49	55
<b>Administração</b>	<b>393</b>	-	-	<b>285</b>	<b>678</b>	<b>285</b>	<b>(439)</b>	<b>239</b>	<b>169</b>
Máquinas e equipamentos	270	-	-	23	293	23	(196)	97	108
Veículos	107	-	-	262	369	262	(232)	137	55
Móveis e utensílios	16	-	-	-	16	-	(11)	5	6
	<b>483.882</b>	-	(21)	<b>1.211</b>	<b>485.072</b>	<b>1.190</b>	<b>(170.424)</b>	<b>314.648</b>	<b>328.630</b>
<b>Ativo imobilizado em curso</b>									
<b>Transmissão</b>	<b>41.197</b>	<b>24.514</b>	-	<b>(926)</b>	<b>64.785</b>	<b>23.588</b>	-	<b>64.785</b>	<b>41.197</b>
Máquinas e equipamentos	452	643	-	(691)	404	(48)	-	404	452
Outros	40.745	23.871	-	(235)	64.381	23.636	-	64.381	40.745
<b>Administração</b>	<b>24</b>	<b>302</b>	-	<b>(285)</b>	<b>41</b>	<b>17</b>	-	<b>41</b>	<b>24</b>
Máquinas e equipamentos	24	40	-	(23)	41	17	-	41	24
Outros	-	262	-	(262)	-	-	-	-	-
	<b>41.221</b>	<b>24.816</b>	-	<b>(1.211)</b>	<b>64.826</b>	<b>23.605</b>	-	<b>64.826</b>	<b>41.221</b>
<b>Ativo imobilizado</b>	<b>525.103</b>	<b>24.816</b>	(21)	-	<b>549.898</b>	<b>24.795</b>	<b>(170.424)</b>	<b>379.474</b>	<b>369.851</b>

**Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.**  
*Demonstrações contábeis regulatórias*  
em 31 de dezembro de 2022

	Valor em 31/12/2021	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2022	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	3.019	90	-	-	3.109	90	(1.456)	1.653	1.851
<b>Ativo não vinculado</b>	<b>3.019</b>	<b>90</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.109</b>	<b>90</b>	<b>(1.456)</b>	<b>1.653</b>	<b>1.851</b>

## b. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%) (i)	31/12/2022		31/12/2021	
		Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Imobilizado em serviço</b>					
Transmissão	7,81%	484.394	(169.985)	314.409	328.461
Administração	7,51%	678	(439)	239	169
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	3.109	(1.456)	1.653	1.851
		<b>488.181</b>	<b>(171.880)</b>	<b>316.301</b>	<b>330.481</b>

- (i) Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação (%)
<b>Imobilizado – transmissão</b>	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Para-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
<b>Administração central</b>	
Equipamentos de informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%
Máquinas e equipamentos	10,00%
<b>Imobilizado não vinculado à concessão</b>	
Máquinas e equipamentos	10,00%
Software	20,00%

O ativo imobilizado apresentado no Grupo de Atividades não vinculadas a concessão de serviço público de energia elétrica tem depreciação alinhada com a legislação fiscal. Assim, aplicamos a taxa de 10% ao ano visto que consideramos a vida útil econômica dos itens alinhados com a norma fiscal.

### 12.1 A composição das adições do ativo imobilizado em curso por tipo de gasto capitalizado em 2022 é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso	Material Equipamentos
<b>Transmissão</b>	
Máquinas e Equipamentos	643
Veículos	232
Móveis e Utensílios	3
Projetos - diversos	20.033
Adiantamentos a Fornecedores	3.603
<b>Administração</b>	
Máquinas e Equipamentos	40
Veículos	262
<b>Total das adições</b>	<b>24.816</b>

### 12.2 As principais adições/ transferências (pelo critério de valor) do ativo imobilizado em serviço em 2022

Transmissão - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1. LCM500 (MONITOR DE CORRENTE DE FUGA)	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	233
2. PICK UP 4X4 TURBO DIESEL	VEÍCULOS	232
3. MARTELETE HIDRAULICO 9BPM P/ S5735-S48T4X (48*10/100/1000BASE-T PORTS, 4*10GE SFP+PORTS, WITHOUT POWER MODULE)	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	187
4. DJI MAVIC 3 COMBO PLUS	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	37
5. 325 ALIC. AMPERIMETRO 400A ACDC CAT III 600V	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	34
6. MARTELETE HIDRAULICO 9BPM P/ - ICMS	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	33
7. LCM500 (MONITOR DE CORRENTE DE FUGA) - ICMS	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	24
8. TELEFONE SEM FIO DE LONGO ALCANCE MODELO DURAFON PSL	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	23
9. MICRO COMPUTADOR INDUSTRIAL	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	19
10. MICRO COMPUTADOR INDUSTRIAL	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	19
<b>Total das adições</b>		<b>841</b>

Administração - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1. VEICULO GOL 1.0 4 PORTAS FLEX	VEÍCULOS	109
2. VEICULO GOL 1.0 4 PORTAS FLEX	VEÍCULOS	38
3. VEICULO GOL 1.0 4 PORTAS FLEX	VEÍCULOS	38
4. VEICULO GOL 1.0 4 PORTAS FLEX	VEÍCULOS	38
5. VEICULO GOL 1.0 4 PORTAS FLEX	VEÍCULOS	38

SWITCH HUAWEI MODELO S57 0 35-L24P4S-A1 COM 24 PORTAS DE ATE 1	MAQUINAS E	12
6. 000 MBITS/S ETH	EQUIPAMENTOS	
SWITCH HUAWEI MODELO S57 0 35-L24P4S-A1 COM 24 PORTAS DE ATE 1	MAQUINAS E	12
7. 000 MBITS/S ETH	EQUIPAMENTOS	
<b>Total das adições</b>		<b>285</b>

**12.3 As principais baixas (pelo critério de valor) do ativo imobilizado em serviço em 2022**

<b>Transmissão</b>	<b>Grupo</b>	<b>Valor</b>
1 SISTEMA DE ALIMENTACAO DE ENERGIA BANCO DE BATERIAS	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	(21)

## 13. Intangível

### a. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2021	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2022	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
<b>Ativo intangível em serviço</b>									
<b>Transmissão</b>	<b>3.710</b>	-	-	<b>8</b>	<b>3.718</b>	<b>8</b>	<b>(72)</b>	<b>3.646</b>	<b>3.649</b>
Servidões	3.624	-	-	-	3.624	-	-	3.624	3.624
Softwares	86	-	-	8	94	8	(72)	22	25
<b>Administração</b>	<b>43</b>	-	-	<b>5</b>	<b>48</b>	<b>5</b>	<b>(38)</b>	<b>10</b>	<b>7</b>
Softwares	43	-	-	5	48	5	(38)	10	7
	<b>3.753</b>	-	-	<b>13</b>	<b>3.766</b>	<b>13</b>	<b>(110)</b>	<b>3.656</b>	<b>3.656</b>
<b>Ativo intangível em curso</b>									
<b>Transmissão</b>	<b>49</b>	<b>8</b>	-	<b>(8)</b>	<b>49</b>	-	-	<b>49</b>	<b>49</b>
Softwares	49	8	-	(8)	49	-	-	49	49
<b>Administração</b>	<b>37</b>	<b>4</b>	-	<b>(5)</b>	<b>36</b>	<b>(1)</b>	-	<b>36</b>	<b>37</b>
Softwares	37	4	-	(5)	36	(1)	-	36	37
	<b>86</b>	<b>12</b>	-	<b>(13)</b>	<b>85</b>	<b>(1)</b>	-	<b>85</b>	<b>86</b>
<b>Ativo Intangível</b>	<b>3.839</b>	<b>12</b>	-	-	<b>3.851</b>	<b>12</b>	<b>(110)</b>	<b>3.741</b>	<b>3.742</b>

**Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.**  
*Demonstrações contábeis regulatórias*  
em 31 de dezembro de 2022

	<b>Valor em</b>				<b>Valor em</b>	<b>Adições</b>		<b>Valor líquido</b>	<b>Valor líquido</b>
	<b>31/12/2021</b>	<b>Adições (a)</b>	<b>Baixas (b)</b>	<b>Transf. (c)</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>líquidas =</b>	<b>Amortização</b>	<b>em 31/12/2022</b>	<b>em 31/12/2021</b>
						<b>(a)-(b)+(c)</b>	<b>acum.</b>		
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	165	-	-	-	165	-	(137)	28	61
<b>Ativo não vinculado</b>	<b>165</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>165</b>	<b>-</b>	<b>(137)</b>	<b>28</b>	<b>61</b>

## b. Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de amortização (%) (i)	31/12/2022		31/12/2021	
		Valor Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Intangível em serviço</b>					
Transmissão (i)	0,15%	3.718	(72)	3.646	3.649
Administração (i)	10,00%	48	(38)	10	7
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica (i)	20,00%	165	(137)	28	61
		<u>3.931</u>	<u>(247)</u>	<u>3.684</u>	<u>3.717</u>

- (i) Para a identificação da taxa anual média de amortização, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

### 13.1 A composição das adições do ativo intangível em curso por tipo de gasto capitalizado em 2022 é como segue:

Adições do ativo intangível em curso	Valor
Softwares	12

### 13.2 As principais adições (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço em 2022:

Transmissão - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1 SERVIÇO DE IMPLANTACAO E DESENVOLVIMENTO DE P&D	SOFTWARE	8
<b>Total</b>		<u>8</u>

Administração - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
2. DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE SISTEMAS - AHGORA	SOFTWARE	5
<b>Total</b>		<u>5</u>

### 13.3 As dez principais baixas (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço em 2022:

No exercício de 2022 não foram realizadas baixas de ativos intangível em serviço.

## 14. Fornecedores – terceiros

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para encerramento de obra	222	257
Fornecedores relacionados à construção (i)	4.385	3.066
Gastos ambientais e fundiários	10	15
Prestadores de serviços	126	96

Outros	268	51		
	<b>5.011</b>	<b>3.485</b>		

- (i) Variação refere-se a compra de reator para projeto de reforço conforme Resolução Autorizativa nº 10.421/21, que autoriza a Companhia a implantar os reforços em instalações de transmissão de energia elétrica

## 15. Financiamentos - Terceiros

### a. Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	31/12/2022	31/12/2021
Debêntures	fev/19	fev/29	(i)	TJLP + 4,3% a.a	127.614	132.293
					<b>127.614</b>	<b>132.293</b>
Circulante					18.290	14.678
Não circulante					109.324	117.615
					<b>127.614</b>	<b>132.293</b>

### b. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2021	Juros, variação monetária e cambial 13.352	Liquidação juros (5.961)	Novas captações -	Liquidação principal (12.825)	Custo de transação a amortizar 755	Saldo final Bruto 31/12/2022 127.614
Debêntures	132.293	13.352	(5.961)	-	(12.825)	755	127.614
<b>Total</b>	<b>132.293</b>	<b>13.352</b>	<b>(5.961)</b>	<b>-</b>	<b>(12.825)</b>	<b>755</b>	<b>127.614</b>

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2020	Juros, variação monetária e cambial 18.792	Liquidação juros (5.732)	Novas captações -	Liquidação principal (6.649)	Custo de transação a amortizar 1.510	Saldo final Bruto 31/12/2021 132.293
Debêntures	124.372	18.792	(5.732)	-	(6.649)	1.510	132.293
<b>Total</b>	<b>124.372</b>	<b>18.792</b>	<b>(5.732)</b>	<b>-</b>	<b>(6.649)</b>	<b>1.510</b>	<b>132.293</b>

#### *Debêntures*

Em 11 de fevereiro de 2019 foi assinado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A., com desembolsos em 01 e 08 de março do mesmo ano totalizando o valor de R\$ 112.310 (cento e doze milhões trezentos e dez mil reais), sendo a primeira amortização em 15 de fevereiro de 2021 com o término em 15 de fevereiro de 2029.

A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 4,45% a.a.

### c. Garantias

- Cessão de 35% dos direitos emergentes do contrato de concessão.
- Penhor dado por todos os acionistas em favor dos debenturistas, correspondendo a 22% da totalidade das ações da Companhia.

- Cessão de 35% dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.
- Fiança corporativa da State Grid Brasil Holding (SGBH). Mediante o *completion* físico e financeiro, a garantia fidejussória adicional atrelada ao financiamento à Primeira Emissão de Debentures da Companhia foi liberada em agosto de 2022.

**d. Covenants**

A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida, conforme Contrato da 1ª emissão de Debêntures A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida. Esta razão deve ser igual ou superior a 1,2.

Os covenants são calculados a partir das informações contábeis regulatórias registradas e auditadas conforme contrato da 1ª emissão de Debêntures, Anexo III – Fórmula de Cálculo do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida.

Abaixo está o cálculo do índice referente ao período de 31 de dezembro de 2022.

(Valores em milhares de reais, exceto pelo índice calculado)

<b>A) Geração de Caixa</b>	<b>71.914</b>
(+) EBITDA	86.210
(-) Pagamento de IR + CS	(14.296)
<b>B) Serviço da Dívida</b>	<b>18.786</b>
(+) Amortização de dívida	12.825
(+) Pagamento de juros	5.961
<b>Índice de cobertura do serviço da dívida (A/B)</b>	<b>3,8</b>

O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:

- (+/-) Lucro/Prejuízo antes do IR
- (+/-) Resultado Financeiro Líquido
- (+/-) Resultado de equivalência
- (+) Depreciações e amortizações
- (+/-) Perdas (desvalorização) por *Impairment*
- (+/-) Lucro/Prejuízo na alienação de imobilizado, investimentos ou intangíveis

O Índice de Dívida Financeira Líquida, de acordo com o referido contrato deve ser inferior a 3,5, conforme cálculos abaixo:

Dívida Líquida (A)	59.811
Ebitda (B)	86.210
<b>DV/Ebitda (A/B)</b>	<b>0,69</b>

O Índice de Capitalização, de acordo com o referido contrato, deve ser igual ou superior a 15%, conforme cálculos abaixo:

Dívida Líquida (A)	59.811
Patrimônio Líquido (B)	306.905
<b>Índice de Capitalização (B/(A+B))</b>	<b>84%</b>

**e. Fluxos de pagamentos futuros da dívida (longo prazo):**

	<b>Amortização</b>
2024	15.550
2025	15.550
2026	15.550
2027	17.007
2028-2029	45.667
	<b>109.324</b>
	<b>109.324</b>

**16. Tributos e contribuições sociais**

**Imposto de renda e contribuição social a pagar**

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
IRPJ (i)	12.834	7.698
CSLL (i)	4.202	2.423
	<b>17.036</b>	<b>10.121</b>
	<b>17.036</b>	<b>10.121</b>

**Outros impostos a pagar**

PIS	146	143
COFINS	682	666
Imposto de renda retido na fonte	45	49
INSS	546	372
FGTS	146	123
ISS	256	126
Outros	288	665
	<b>2.109</b>	<b>2.144</b>
	<b>2.109</b>	<b>2.144</b>

- (j) Variação refere-se a créditos retido de clientes e aplicações financeiras não utilizados para abatimento do IRPJ e CSLL do ano de 2022. Os créditos só serão utilizados em 2023 na elaboração da ECF do ano-calendário.

**17. Taxas regulamentares**

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	53	42
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	198	204
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	1.925	1.281
	<b>2.176</b>	<b>1.527</b>
	<b>2.176</b>	<b>1.527</b>

- (i) RGR

Taxa criada pelo Decreto n.º 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate

ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 03 de agosto de 2022, através do Despacho nº 2.110 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2022 a junho de 2023 de R\$ 366 (trezentos e sessenta e seis mil).

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 14 de julho de 2022, através do Despacho 1.904 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas as competências de julho de 2022 a junho de 2023 de R\$ 386 (trezentos e oitenta e seis mil).

(iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. A resolução normativa 929 de 30 de março de 2021, estabeleceu que o saldo não aplicado até 31 de agosto de 2020 deveria ser pago. No exercício de 2021 foi efetuado o pagamento conforme resolução. Em 2022 não houve evento extraordinário de baixa de saldo de anos anteriores e por isso os saldos estão maiores, refletindo as provisões e atualizações do ano.

## 18. Outros passivos circulantes

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de férias	2.314	2.012
Provisão de bônus (i)	3.399	3.061
Outros	430	380
	<u>6.143</u>	<u>5.453</u>

- (i) Programa de Bônus é uma ferramenta de gestão e um plano motivacional que dá aos funcionários a oportunidade de receber o reconhecimento da empresa por suas conquistas. O bônus de um funcionário é medido com base nos resultados do KPI (Key Performance Indicators Program) e do PAP (Performance Assessment Program). Variação refere-se a atualização de métrica na provisão de bônus adequando-se ao histórico de pagamento e considerando os targets dos KPIs para fins de cálculo de bonificação dos últimos anos .

## 19. Provisão de contingências

### Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia, constitui provisões para riscos de servidões, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado e com base na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e na análise das demandas judiciais pendentes.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

Natureza	31/12/2022	31/12/2021
Servidões	151	151
	<u>151</u>	<u>151</u>

A movimentação dos processos prováveis está a seguir:

	Servidões	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>151</b>	<b>151</b>
Adições e reversões, líquidas	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>151</b>	<b>151</b>
	<b>Servidões</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>55</b>	<b>55</b>
Adições e reversões, líquidas (i)	96	96
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>151</b>	<b>151</b>

- (i) As adições ocorreram, basicamente, em razão da movimentação do processo 0100795-91.2006.8.12.0002, no valor de R\$ 114.825 (cento e quatorze mil, oitocentos e vinte e cinco reais) com ocorrência de decisão judicial e as provisões constituídas referem-se à riscos de servidão, referentes a, por exemplo, indenizações por faixa de servidão com decisão judicial em sede de RESP no STJ. Atualmente o processo esta em fase de cumprimento de sentença onde existe discussão a respeito dos cálculos apresentados.

### Contingências possíveis (não provisionadas):

As principais causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos fiscais e cíveis, conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Fiscal (i)	2.313	2.180
Trabalhistas (ii)	1.016	-
	<u>3.329</u>	<u>2.180</u>

- (i) **Processos Fiscais:** Referem-se à duas ações judiciais que tramitam pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, foram autuadas sob o nº 0143346-83.2013.4.02.5101 e 0104607-07.2014.4.02.5101, e nas quais se discute PIS e CSLL. . Nos dois casos houve sentença favorável à Companhia, que foi objeto de recurso pela Fazenda Nacional e aguarda-se julgamento dos recursos. O valor envolvido nas duas ações é de R\$ 2.312 (dois milhões, trezentos e doze mil reais).
- (ii) **Processos Trabalhistas:** Referem-se a específicos três casos trabalhistas nos quais há discussão acerca de verbas trabalhistas contratuais e seus reflexos. O caso mais relevante refere-se ao processo nº 0025109-84.2021.5.24.0002 que tem valor de exposição de R\$ 413 (quatrocentos e treze mil reais), está em grau de recurso contra julgamento de procedência parcial da ação e aguarda-se julgamento do recurso.

## 20. Obrigações especiais

	<b>31/12/2022</b>		<b>31/12/2021</b>
Obrigações especiais (i)	12.364	-	13.031
	12.364		13.031

- (i) Valor refere-se a doação compulsória de máquinas e equipamentos conforme compartilhamentos de subestações. O valor está sendo amortizado mensalmente conforme definições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

## 21. Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 214.035 (duzentos e quatorze mil e trinta e cinco mil reais) dividido em 214.035.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir

	<b>2022 e 2021</b>
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	<b>100%</b>

### b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

### c. Reserva de retenção de lucros

Em 2021 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal, pagamento de dividendos adicionais e reversão da reserva especial de lucros a realizar, ficando disponível o montante de R\$ 120.371 (cento e vinte milhões, trezentos e setenta e um mil reais) na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas, de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada. Em 2022 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e pagamento de juros sobre capital próprio, ficando disponível o montante de o valor disponível é de R\$ 112.932 (cento e doze milhões, novecentos e trinta e dois mil reais).

**d. Dividendos e juros sobre capital próprio**

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Lucro líquido do exercício	36.936	46.715
Reserva legal (5%)	<u>(1.847)</u>	<u>(2.335)</u>
Base de cálculo para os dividendos	<u>35.090</u>	<u>44.380</u>
Dividendo mínimo obrigatório	<u>351</u>	<u>444</u>
Juros sobre capital próprio (i)	<u>(10.604)</u>	<u>(9.018)</u>

- (i) O Juros sobre o Capital Próprio (JCP), foi calculado sobre o Patrimônio Líquido da Companhia com base na aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pro rata die, conforme determina a Lei nº 9.249/1995, e aprovado pelos acionistas através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 14/12/2022.

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de junho de 2021, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 11.785 (onze milhões, setecentos e oitenta e cinco mil reais). Esse montante foi pago no mês de agosto de 2021.

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de novembro de 2021, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 27.432 (vinte e sete milhões, quatrocentos e trinta e dois mil reais). Esse montante foi pago em dezembro de 2021.

Através da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2021, a Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 9.018 (nove milhões dezoito mil reais), referente ao exercício social de 2021. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 1.353 (um milhão, trezentos e cinquenta e três mil reais) o que gerou um valor líquido a pagar de R\$7.665 (sete milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil reais). Esse montante foi totalmente pago em dezembro de 2021. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo para o exercício de 2021.

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de maio de 2022, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 34.381 (trinta e quatro milhões, trezentos e oitenta e um mil reais). Em 01 de dezembro de 2022 os conselheiros deliberaram por unanimidade, por rerratificar a ata realizada em 24 de maio de 2022 de modo que passe a constar R\$ 31.925 (trinta e um milhões, novecentos e vinte e cinco mil reais). Esse montante, foi pago no decorrer do exercício de 2022.

Através da ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de dezembro de 2022, os acionistas aprovaram, por unanimidade, o pagamento de juros sobre capital próprio no valor total de R\$ 10.604 (dez milhões, seiscentos e quatro mil reais) referente ao exercício social de 2022. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 1.591 (um milhão, quinhentos e noventa e um mil reais) o que gerou um valor líquido a pagar de R\$9.013 (nove milhões, treze mil reais). Esse montante foi totalmente pago em dezembro de 2022. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo para o exercício de 2022.

## 22. Receita operacional líquida

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>124.605</b>	<b>139.011</b>
Receita de rateio de antecipação	(2.953)	(661)
Receita de encargos de transmissão	89.296	101.638
Receita de novas obras RBNI	31.009	25.456
Receita Rede de Fronteira	10.446	10.059
Receita de CCT	237	276
Parcela de ajuste do ciclo anterior	(8.132)	(1.927)
Descontos Incidentes na TUST	5.662	4.621
Indisponibilidade de equipamentos	(972)	(451)
Outras receitas de operação	12	-
<b>Deduções da receita operacional</b>	<b>(17.355)</b>	<b>(18.180)</b>
PIS	(2.058)	(2.293)
COFINS	(9.481)	(10.560)
RGR	(4.320)	(3.633)
P&D	(1.072)	(1.208)
TFSEE	(424)	(486)
	<b>107.250</b>	<b>120.831</b>

## 23. Custo da operação

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal (i)	(9.384)	(7.976)
Material	(1.049)	(592)
Serviços de terceiros	(1.002)	(1.178)
Depreciação e amortização	(14.305)	(14.168)
Gastos diversos	(804)	(774)
Outros	(176)	(306)
	<b>(26.720)</b>	<b>(24.994)</b>

(i) Variação refere-se a contratação de novos colaboradores, dissídios e méritos no exercício de 2022

## 24. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(3.529)	(3.774)
Administradores	(212)	(292)
Material	(103)	(117)

Serviços de terceiros	(624)	(651)
Arrendamentos e aluguéis	(112)	(79)
Doações	-	(214)
Provisão/reversão (i)	(736)	62
Tributos	(21)	(7)
Depreciação e amortização	(217)	(60)
Patrocínios (ii)	(605)	-
Outras	(723)	(815)
	<u>(6.882)</u>	<u>(5.947)</u>

(i) Em 2022 o saldo refere-se principalmente a provisão para perda de crédito esperado (PCE) do Grupo Quinturará conforme nota explicativa 8.

(ii) Valor refere-se a patrocínios em programas sociais como Instituto Mano Down, Educare, entre outros

## 25. Despesas com pessoal

<b>Pessoal - operação</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Remuneração	(6.122)	(5.143)
Encargos	(2.051)	(1.694)
Outros Benefícios - Corrente	(1.118)	(856)
Previdencia privada	(122)	(229)
Outros	29	(54)
	<u>(9.384)</u>	<u>(7.976)</u>

<b>Pessoal - administração</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Remuneração	(2.002)	(2.135)
Encargos	(803)	(839)
Benefícios	(347)	(396)
Previdencia Privada	(43)	(57)
Administradores	(212)	(292)
Outros	(334)	(347)
	<u>(3.741)</u>	<u>(4.066)</u>
	<u>(13.125)</u>	<u>(12.042)</u>

## 26. Outras (despesas) /receitas operacionais

Neste grupo apresentamos as receitas e despesas não vinculadas a concessão.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas de Contratos de Compartilhamento das Instalações de Transmissão (CCI)	232	288
Tributo sobre a receita	(21)	(84)
Gastos Diversos Serviços de O&M	(1.578)	(1.756)
Pessoal	(261)	(302)
Serviços de Terceiros	(330)	(139)
Depreciação e Amortização	(321)	(317)
Outros	(1)	(7)

<b>(2.280)</b>	<b>(2.317)</b>
----------------	----------------

## 27. Resultado financeiro

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Receita financeira (i)</b>	<b>8.144</b>	<b>3.678</b>
Receitas de aplicações financeiras	7.634	3.244
Outras receitas financeiras	908	614
Tributos sobre receitas financeiras	(398)	(180)
<b>Despesa financeira (ii)</b>	<b>(14.892)</b>	<b>(20.551)</b>
Variações monetárias passivas	(7.479)	(12.933)
Juros sobre financiamentos	(5.873)	(6.425)
Amortização do custo do empréstimo	(755)	(755)
Multas e acréscimos moratórios	(20)	(22)
Outras despesas financeiras	(765)	(416)
	<b>(6.748)</b>	<b>(16.873)</b>

- (i) Variação refere-se substancialmente a aumento da receita de aplicação financeira devido as aplicações referentes a sobra de caixa no exercício de 2022.
- (ii) Variação refere-se substancialmente a redução da atualização monetária sobre debêntures.

## 28. Conciliação do imposto de renda e contribuição social (Lucro real)

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	59.755	67.043
Adições/Exclusões não dedutíveis	2.515	1.930
Ajustes ICPC 01	16.689	(15.392)
Juros s/ Capital Próprio	(10.604)	(9.017)
Outros	(1.041)	-
<b>Lucro Real</b>	<b>67.314</b>	<b>44.564</b>
<b>Lucro Real (Após Compensação)</b>	<b>67.314</b>	<b>44.564</b>
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(16.805)	(11.117)
Inc. Fiscais	608	383
<b>IRPJ devido (25%)</b>	<b>(16.197)</b>	<b>(10.734)</b>
<b>CSLL (9%)</b>	<b>(6.152)</b>	<b>(4.010)</b>
<b>IR e CS correntes</b>	<b>(22.349)</b>	<b>(14.744)</b>
Alíquota Efetiva	37%	22%

## 29. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

## 29.1 Ativo

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber - partes relacionadas	<u>4.654</u>	<u>3.725</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	4.642	3.712
Intercompany Itatim - Despesas gerais- fundo fixo	12	13

## 29.2 Passivo

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores/empréstimos - partes relacionadas	<u>518</u>	<u>654</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	498	634
Intercompany Itatim - Despesas gerais – fundo fixo	20	20

## 29.3 Resultado

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado - partes relacionadas	<u>15.220</u>	<u>14.351</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	15.649	14.470
Aluguel (ii)	(105)	(60)
Serviços de engenharia SGSE (iii)	(324)	(59)

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em Abril de 2022, através do despacho Nº 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas, o que explica a variação no exercício de 2022.
- (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.
- (iii) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. (“SGSE”) é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos, estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. Em Dezembro de 2021 a Companhia assinou contrato com a SGSE para a prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D para o período de 2022 a 2023.

## 29.4 Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

<b>Valores reconhecidos no resultado</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<u>Remuneração fixa e variável(*)</u>		
Salário	401	458
Benefícios diretos e indiretos	70	96
Encargos	234	256
Provisões (13 salário, férias e bônus)	328	317
<b>Valor total da remuneração</b>	<b>1.033</b>	<b>1.127</b>

(\*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus.

### 30. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Exceto conforme detalhado no item 30.2 a seguir, a Companhia considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros, não diferem dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Os instrumentos financeiros da Companhia demonstrados abaixo estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

#### 30.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
------------------------------------	------	------------	------------

Caixa e equivalentes de caixa	7	67.803	64.574
<b>Ativos mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Contas a receber - partes relacionadas	29	4.654	3.725
Concessionárias e permissionárias	8	10.654	13.075
<b>Passivos mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Financiamentos - terceiros	15	127.614	132.293
Fornecedores - terceiros	14	5.011	3.485
Fornecedores - partes relacionadas	29	518	654

### **30.2 Instrumentos financeiros que são exigidas divulgações do valor justo**

Para o cálculo do valor de mercado das debêntures, projetaram-se os recebimentos provenientes desta ao longo de um fluxo de caixa considerando as seguintes premissas: (a) índice e taxa indicativa ANBIMA provenientes de debêntures semelhantes (setor, indexador, duration) para os casos onde a debênture analisada não constar na base ANBIMA e (b) curva de amortização do agente fiduciário. O valor deste fluxo a valor presente é a abordagem de mensuração do valor justo.

Conforme tal metodologia, o valor justo das debêntures para a Companhia pode ser observado conforme o quadro abaixo:

Saldo contábil: R\$ 127.614  
Cálculo valor justo: R\$ 121.755

A Companhia considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como “passivos financeiros ao custo amortizado”, aproximam-se dos seus valores justos.

### **30.3 Gestão de risco**

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

**a. Riscos de mercado**

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

**b. Riscos de taxa de juros**

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração, está apresentado abaixo:

<u>Efeito em Reais</u>	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativos Financeiros</b>		
Caixa e equivalente	67.803	64.574
Contas a receber partes relacionadas	4.654	3.725
Concessionária e Permissionárias	10.654	13.075
<b>Passivos Financeiros</b>		
Empréstimos e financiamentos - terceiros	127.614	132.293

**c. Riscos cambiais**

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em financiamentos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

**d. Risco de crédito**

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

**e. Risco de liquidez**

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

## 31. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo

que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

## **32. Cobertura de seguros**

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração contábil regulatória, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

<b>Ativo</b>	<b>Tipo de cobertura</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000	20.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	160.151	160.150
Veículos	Carros	2.879	2.690
		<u><b>183.030</b></u>	<u><b>182.840</b></u>

### 33. Compromissos assumidos

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo a pagar refere-se ao montante total de R\$ 7.386 (sete milhões, trezentos e oitenta e seis mil reais). Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total
PPTE-PM-2018-2379	Nari	EPC para PPTE - 3o banco de transformador	26/04/2018	77
PPTE-PM-2020-3507	Nari	Remobilização	24/09/2020	46
PPTE-PM-2020-3371	Nari	EPC para PPTE - Cubículos	22/07/2020	35
PPTE-PM-2021-5331	PROLEC GE	Fornecimento de reator	06/01/2022	416
PPTE-PM-2021-5492	Sendi	Contrato EPC - Banco de Reator	11/02/2022	3.766
PPTE-PM-2022-6443	Nari	IPARO - SPCS	04/04/2022	1.093
PPTE-PM-2022-6693	Siemens	IPARO - Equipamentos	28/04/2022	963
PPTE-PM-2022-6756	PFIFFNER	IPARO - TCs	14/06/2022	42
PPTE-PM-2021-4416	E-Guana	Siget	22/09/2021	12
PPTE-PM-2021-5493	Sendi	Contrato EPC - UHE TPs	11/02/2022	634
PPTE-PM-2022-6756	PFIFFNER	IPARO - TCs	14/06/2022	67
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	Inspeção	28/08/2021	235
				7.386

**Cronograma de vencimento**  
2023

**Em R\$**  
7.386  
7.386

\*\*\*\*

Ramon Sade Haddad  
Diretor Presidente  
103573/O-2

Jorge Bauer  
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa  
Contadora - CRC RJ -